



ANO DE 2020



Conteúdo

1. Contas.....	4
1.1. <i>Discriminação das contas de 2020</i>	4
2. Identificação da Entidade.....	6
3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	6
4. Principais Políticas Contabilísticas	7
4.1. Bases de Apresentação.....	7
4.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	13
6. Ativos Fixos Tangíveis	13
7. Custos de Empréstimos Obtidos	14
8. Inventários.....	15
9. Rédito	15
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
11. Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
12. Benefícios dos empregados	17
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
14. Outras Informações	18
14.1. Clientes.....	18
14.2. Outras contas a receber	18
14.3. Diferimentos	19
14.4. Caixa e Depósitos Bancários.....	19
14.5. Fundos Patrimoniais	20
14.6. Fornecedores.....	20
14.7. Estado e Outros Entes Públicos	21
14.8. Outras Contas a Pagar.....	21
14.9. Subsídios, doações e legados à exploração	22
14.10. Fornecimentos e serviços externos	22
14.11. Outros rendimentos e ganhos	23
14.12. Outros gastos e perdas	23
14.13. Resultados Financeiros.....	24
14.14. Acontecimentos após data de Balanço	24
15. PARECER DO CONSELHO FISCAL	25
16. NOTA DA DIREÇÃO	26
17. DESEMPENHO DA DIRECÇÃO.....	26
18. IMPATO FINANCEIRO	28
19. EQUIPAMENTOS/INSTALAÇÕES	29



20.	PANDEMIA	30
21.	O SURTO NA NOSSA INSTITUIÇÃO	31
22.	DIREÇÃO TÉCNICA	34
23.	SERVIÇO SOCIAL	36
24.	ERPI SRA DA GRAÇA	38
25.	ATIVIDADES SOCIO CULTURAIS	40
26.	NOTAS FINAIS DA DIREÇÃO	41



1. Contas

1.1. Discriminação das contas de 2020

Dezembro 2020

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019
ACTIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	1.725.149,09	1.791.169,85
Outros ativos financeiros.....	7	12.249,33	8.898,93
		1.737.398,42	1.800.068,78
ativo corrente:			
Inventários.....		7.720,82	7.720,82
Clientes.....	13.1	49.151,38	17.301,93
Estado e outros entes públicos.....	13.7	4.045,93	1.211,65
Outras contas a receber.....	13.2	122.366,29	126.346,00
Diferimentos.....	13.3	5.867,60	5.867,60
Caixa e depósitos bancários.....	13.4	99.635,91	34.441,51
		288.787,94	192.889,51
Total do ativo			
		2.026.186,36	1.992.988,29
RUBRICAS			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos.....	13.5	47.263,46	47.263,46
Resultados transitados.....	13.5	282.704,37	317.954,36
Ajustamentos em ativos financeiros.....	13.5	18.566,50	18.566,50
		1.264.149,11	1.264.149,11
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		1.612.683,44	1.647.933,43
Resultado líquido do período.....	13.6	34.485,78	(35.249,99)
Total dos Fundos Patrimoniais			
		1.647.169,22	1.612.683,44
Passivo			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		66.365,12	123.873,95
Estado e outros entes públicos.....	13.7	32.637,02	18.509,21
Financiamentos obtidos.....	6	6.871,82	13.287,37
Outras contas a pagar.....	13.8	177.208,86	128.700,00
Outras provisões		95.934,32	95.934,32
Diferimentos.....	13.3	0	0
		379.017,14	380.304,85
Total do passivo			
		2.026.186,36	1.992.988,29
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo			



Demonstração dos Resultados por Naturezas Dezembro 2020

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	8	890.926,54	1.057.210,78
Subsídios à exploração.....	10	621.251,24	579.104,48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	7	149.232,24	(150.724,32)
Fornecimentos e serviços externos.....	13.10	300.813,77	(306.114,02)
Gastos com o pessoal.....	11	1.047.194,76	(1.122.751,13)
Outros rendimentos e ganhos.....	13.11		51.993,10
Outros gastos e perdas.....	13.12	98.059,27	(70.414,71)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		112.996,28	38.304,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	76.398,58	(73.544,21)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36.597,70	(35.240,03)
Juros e rendimentos similares obtidos.....	13.13		
Juros e gastos similares suportados.....	13.13	2.111,92	(9,96)
Resultado antes de impostos		34.485,78	(35.249,99)
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		34.485,78	(35.249,99)



2. Identificação da Entidade

A Associação Assistência Beneficência Misericórdia de Alverca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua 9 de Agosto, n.ºs.30/32, em Alverca do Ribatejo, que desenvolve, como atividade principal, atividades relacionadas com lar, centro de dia e apoio domiciliário.

3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2012 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2012 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2012 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



4. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

4.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

4.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

4.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes e associados.

4.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



4.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de

maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

4.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor na data de atribuição.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 10



4.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor na data de atribuição.

4.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

4.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados pelo custo de aquisição.

4.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado de:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data do relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros deixam de ser conhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



4.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data do relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado;
ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.



De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez, os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

4.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos,*



acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “*Ativos Fixos Tangíveis*” do domínio público:

Bens do domínio público - Ativos Fixos Tangíveis
Descrição
Edifício Sede - Rua 9 de Agosto 1990, nº30/32
Edifício - Rua Miguel Bombarda, nº1 a 7
Viaturas
Mobiliário Diverso
Equipamento Básico

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2020
Custo				
Terrenos e recursos naturais	25.308,94		17.725,00	7.583,94
Edifícios e outras construções	2 587 291,66	28.102,82		2 615.394,48
Equipamento básico	312 597,69	3.357,78		315.955,47
Equipamento de transporte	194 914,70			194 914,70
Equipamento administrativo	158 839,40			158 839,40
Outros Ativos fixos tangíveis	60 049,26		-	60 049,26
Total	3 339 001,65	31.460,60	17.725,00	3 352.737,25
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	916 565,21	52.664,80		969.230,01
Equipamento básico	298 090,96	5.003,94		303.094,90
Equipamento de transporte	148 204,83	13.376,25		161.581,08
Equipamento administrativo	133 206,85	5.353,59		138.560,44
Outros Ativos fixos tangíveis	55 121,73			55.121,73
Total	1 551 189,58	76.398,58		1.627.588,16

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	459,85		459,85	459,85		459,85
Loações Financeiras	6.411,97		6.411,97	12 827,52		12 827,52
Total	6.871,82		6.871,82	13.287,37		13.287,37



8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	168 800,07	-	7.720,82	149.232,24	-	7.720,82
Total	-	168 800,07	-	7.720,82	149.232,24	-	7.720,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				150 724,32			149.232,24
Variações nos inventários da produção				-			-

9. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	-
Lares	1.113.819,91	1.209.932,25
Centro de Dia	106.435,69	169.716,48
Apoio Domiciliário	195.268,77	219.245,90
Outros	194.712,68	89.413,73
Total	1.610.237,05	1.688.308,36

É de salientar, que apesar de um ano tão atípico e difícil, face à situação de pandemia mundial, pelo covid 19, que afetou grandemente a situação económica, social e de saúde pública o nosso país e por consequência também a nossa associação.

Esta situação, levou a uma descida da atividade da AABMA, resultando numa descida dos réditos e dos respetivos gastos, como podemos verificar neste quadro.



Apesar desta diminuição de atividade, devido a tomada de decisões importantes, por parte da direção, permitiu-se obter um resultado líquido positivo. Este resultado, foi alcançado através da venda de um terreno em Alenquer, e que contabilisticamente, deduzindo-se os custos inerentes a esta venda, traduziu-se num resultado positivo de 62.275,00€. Este valor está refletido no quadro em cima indicado, na rubrica “outros”.

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No período de 2020, foi mantida a provisão, no montante de 95.934,32€, contabilizada na conta do SNC 293, relativa a um processo judicial, resultante de desvios de fundos das contas da AABMA, no decorrer do ano de 2018 e 2019.

Uma vez que ainda não houveram grandes desenvolvimentos a este nível, uma vez que a justiça tem sido morosa, e também afetada pela situação de pandemia em que nos encontramos, com o fecho de vários serviços privados e públicos, decretado o confinamento geral, pelo nosso governo, a partir de Março de 2020, e que se mantêm até hoje.

Descrição	2020	2019
293 - Provisão	95.934,32	95.934,32
Total	95.934,32	95.934,32

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
	-	-
Centro Regional da Segurança Social	533.034,85	575 034,48
IEFP	49.277,68	
Autarquias	26.845,10	4 070,00
Outros	12.093,61	
Total	621.251,24	579 104,48



Em virtude da redução da nossa atividade, os apoios por parte da Segurança social, que são atribuídos na proporção do desenvolvimento dos nossos serviços, diminuí face a 2019.

No entanto, obtivemos o apoio por parte da Camara Municipal de Vila Franca de Xira, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e outros donativos, de outras entidades, para conseguirmos fazer face ao grande número de despesas provocadas pelo covid 19. Estes apoios, foram significativamente superiores ao ano anterior, e constituíram um grande apoio à AABMA. Foram realizados largos esforços, para se conseguir o apoio, do Fundo de Socorro, tendo sido apresentada uma candidatura a esta entidade, e após a entrega da mesma, foram feitos vários contactos, para sabermos pelo menos, se o nosso pedido iria ser aceito, no entanto até à data ainda não tivemos qualquer resposta. Este apoio, é será a fundo perdido, e constitui um valor considerável, que nos permitiria obter uma tesouraria mias saudável.

12. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	--	-
Remunerações ao Pessoal	858.464,78	909 938,76
Benefícios Pós-Emprego		-
Indemnizações	381,00	3 942,63
Encargos sobre as Remunerações	175.972,88	200 826,24
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12.376,10	6 744,71
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal		1 748,79
Total	1.047.194,76	1.122 751,13



13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade, também tem a sua situação regularizada junto da Administração Tributária.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Clientes

A rubrica “*Clientes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição

14.2. Outras contas a receber

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c	49.151,38	17 301,93
Clientes		
Utentes	49.151,38	17 301,93
Total	49.151,38	17 301,93

A rubrica “outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 867,60	5 867,60
...		
Outros Devedores	122 366,29	126.346,00
Perdas por Imparidade		
Total	128.233,89	132.213,60



A rubrica Outros Devedores inclui o debito contabilizado na conta 279 do SNC, em nome da antiga funcionária, responsável pelo pagamento de notas de despesa sem valor contabilístico, pelo no montante de 95.934,32€, na sequencia da constituição provisão, para processos judiciais em curso.

14.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” engloba os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	294,78	294,78
Rendas	5 572,82	5 572,82
Total	5 867,60	5 867,60

14.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontra-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	1.144,65	1 214,18
Depósitos à ordem	98.491,26	33 227,33
Depósitos a prazo		
Outros		-
Total	99.635,91	34 441,51



14.5. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Obtivemos em 2020, um resultado liquido positivo em 34.485,78€, muito devido ao facto de se ter vendido o terreno de Alenquer,
Caso contrário teríamos obtido um resultado liquido negativo de 17.789,22€.

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Debito	Crédito	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	47 263,46	-	-	47 263,46
Excedentes técnicos	-	-	-	-
R. Liquido	(35.249,99)		69.735,77	34.485,78
Resultados transitados	317.954,36	35.249,99		282.704,37
Excedentes de revalorização	18 566,50	-	-	18.566,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.264.149,11		-	1.264.149,11
Total	1.612.683,44		-	1.647.169,22

14.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	66.365,12	123.873,95
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Total	66.365,12	123.873,95



14.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	18,30	18,30
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.987,28	594,82
Outros Impostos e Taxas	40,35	-
Total	4.045,93	613,12
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7.901,25	4 235,50 -
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		
Segurança Social	24.735,77	13 404,51
Outros Impostos e Taxas		270,67
Total	32.637,02	17.910,68

Os valores aqui inscritos, são pagos no mês seguinte, e dentro do prazo legal para o efeito, tendo por isso, a entidade, disponíveis declarações de não dívida à segurança social e às finanças.

14.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	128 700,00		128 700,00
Remunerações a pagar	-	37.928,52		
Fornecedores de Investimentos	-			
Outros credores	-	10.580,86		
	-			
Total	-	177.208,85		128 700,00



14.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
	-	-
Centro Regional da Segurança Social	533.034,85	575 034,48
IEFP	49.277,68	
Autarquias	26.845,10	4 070,00
Outros	12.093,61	
Total	621.251,24	579 104,48

14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos		
Serviços especializados	84.530,45	94 582,23
Materiais	9.419,64	6 132,93
Energia e fluidos	77.704,85	91 104,91
Deslocações, estadas e transportes	146,45	510,85
Serviços diversos (*)	129.012,38	113 783,10
Limpeza, higiene e conforto	45.023,74	29 635,85
Material Clínico	7.362,25	8 801,99
Total	300.813,77	306 114,02

Apesar da grande diminuição da atividade da AABMA, face à situação de pandemia, esta diminuição, não teve igual correspondência, na descida dos fornecimentos e serviços externos, em grande parte devido aos gastos elevados em EPI's (luvas, mascaras, álcool gel, etc.) registado na rubrica: limpeza higiene e conforto.



14.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Alienações	62.275,00	
Alugueres	3.900,00	
Venda eletricidade	541,94	541,94
Reembolso IRS e IVA	7.460,88	15 491,18
IRS donativo	5 037,45	5 037,45
Venda material diverso (fraldas, cremes, etc.)	22.044,12	
Outros	1.155,45	
Total	98.059,27	21 070,57

Como se pode verificar houve um grande acréscimo nesta rubrica, comparativamente ao ano de 2019, devido ao facto, da venda de um terreno em Alenquer, e que contabilisticamente, se traduziu num resultado positivo de 62.275,00€.

14.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1.337,04	8.075,39
Descontos de pronto pagamento concedidos	770,40	
Outros Gastos e Perdas		62.339,32
Total	2.107,44	70.414,71



14.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros suportados	4,48	3,80
Outros gastos de financiamentos		6,16
Resultados financeiros	(4,48)	(9,96)

14.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não foram conhecidos, após a data da elaboração do balanço, situações com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção no dia 12 de Abril de 2021.

Alverca do Ribatejo, 12 de Abril de 2021

O Técnico Oficial de Contas

(Élia Susana Varela Pimenta Batista Granja)



A Direção

(Maria Edite Belo Martins Alvito)

(Ildeberto Manuel Figueira Benito da Silva)

(Jose Manuel Dias)



15. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 5 dias do mês de Abril de 2021 pelas 17 horas reuniram na sede da A.A.B. Misericórdia de Alverca os membros do Conselho de Fiscal, para análise das peças finais de apresentação de contas da A.A.B. Misericórdia de Alverca do ano de 2020.

Foram analisadas as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 salientando-se o Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Anexo ao Balanço.

Da análise a esses documentos verifica-se a existência de resultado líquido positivo de 34.485,78€, salienta-se a importância deste resultado positivo, obtido, apesar de um ano extremamente complicado, que foi o ano de 2020, devido à situação de pandemia, que atingiu o mundo inteiro, e também o nosso país. Este resultado positivo prende-se em grande parte com a venda de um terreno que a nossa Associação dispunha em Alenquer, caso contrário obteríamos um resultado negativo em 17.789,22€.

Após uma análise sumaria das contas, decidiu-se por unanimidade, aprovar o relatório e contas.

Da respetiva análise e das conseqüentes conclusões, o Conselho Fiscal concorda e aprova por unanimidade as contas da Gerência para o exercício de 2020.

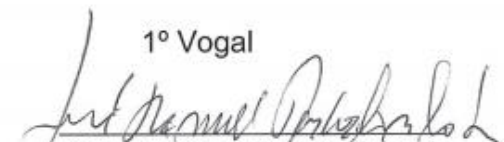
Alverca, 5 de Abril de 2021

O Conselho Fiscal

Presidente


(João Batista Arcadinho)

1º Vogal


(José Manuel P. das Neves)

2º VOGAL


(Rosa Maria Rodrigues Neto)



16. NOTA DA DIREÇÃO

Caríssimos Associados,

O ano de 2020, foi um dos mais desafiantes das nossas vidas.

A crise pandémica alertou-nos para a nossa vulnerabilidade e sobretudo para a consciencialização da nossa fragilidade e da nossa relação enquanto humanos, em particular com o meio ambiente no que se refere aos fatores físicos, biológicos e químicos e ainda para o modo como os seres se influenciam e são influenciados pelos mesmos.

Foi um ano marcado por grandes alterações nas nossas vidas, no que se refere à maneira como vivemos e como nos relacionarmos.

A conclusão mais imediata que retiramos da crise provocada pela pandemia veio demonstrar que a Instituição necessita de encontrar equilíbrio entre a eficiência e a resiliência, tendo para efeito de adotar estruturas de custos financeiros saudáveis que lhe permitam superar quaisquer tipos de crises.

A Direção da AABMA- Associação de Assistência e Beneficência de Alverca vem, a exemplo dos outros anos anteriores, submeter à vossa apreciação o presente Relatório e Contas de 2020, para o qual pedimos a vossa análise, para posterior discussão de acordo com os Estatutos.

Queremos agradecer a presença de todos os Associados, o contributo dos mesmos na avaliação do desempenho da Direção e as sugestões/propostas de melhoria que se traduzam num trabalho mais profissional, que a Instituição cada vez mais exige.

Registamos, com alguma inquietação, o facto de se verificar que o associativismo tem vindo a assistir a uma desvalorização da participação cívica dos cidadãos nas Instituições, cujo distanciamento tem como consequência a diminuição da capacidade de condicionar e influenciar os processos de decisão política nos organismos do Estado.

17. DESEMPENHO DA DIRECÇÃO

Conforme supra referido, o ano de 2020 ficou marcado pela Pandemia do COVID19, que dominou e absorveu todos os profissionais da Misericórdia de Alverca.



A conjectura obrigava a respostas rápidas e eficazes, com medidas coordenadas que incidissem em especial sobre os mais vulneráveis.

Todos os métodos de trabalho até então utilizados, sofreram alterações profundas, adaptadas à situação que passámos a viver.

A Instituição, que até data era vista com um espaço de acolhimento com objetivo, entre outros, de acolher pessoas idosas, ou outras, cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não lhes permita permanecer no seu meio habitual de vida, bem como assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência, com o novo quotidiano, passou a funcionar com um conceito diferente, mais amplo e com maior enfoque na área da saúde. Um misto de lar/hotel/hospital de retaguarda, ou seja, com capacidade de adaptação às circunstâncias e necessidades de cada indivíduo e às alterações que, exigiram respostas rápidas e responsabilidades de todos nós, tendo em conta as constantes alterações impostas pelos organismos intervenientes.

Esta pandemia veio demonstrar que, mesmo os paradigmas mais eficientes necessitam de espaço de manobra para resistir e vencer um contratempo global e inesperado.

Ficou, também demonstrado que a estrutura das cadeias de abastecimento das Instituições, têm que estar bem organizadas, de modo a fazer face e permitir superar quaisquer situações anómalas da sua vida diária.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Misericórdia de Alverca desenvolve a sua ação pautada pelas diretrizes fundamentais que infra se indicam, que respondem pelo que a Instituição é, o que valoriza, e qual o caminho a seguir.

MISSÃO

A da Misericórdia de Alverca é a prestação de um serviço de excelência, adequado a cada utente, promovendo a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e suas famílias, respondendo às suas necessidades, protegendo-os na velhice e na invalidez. Desenvolver um trabalho de parcerias em rede com outras instituições, cujos objetivos se identifiquem com a nossa instituição e com os nossos princípios orientadores, na mobilização da comunidade para as causas da ação social.



VISÃO

A Misericórdia quer continuar a ser uma Instituição de referência da ação social, reconhecida como parceira fundamental ao nível do desenvolvimento concelhio, comprometida com a comunidade em que se insere, na promoção no desenvolvimento da atividade social, da economia local e da cultura, assumindo-se como agente de implementação de estratégias de bem-estar, através do reconhecimento da qualidade dos serviços prestados.

VALORES

A Misericórdia valoriza o respeito, a humanidade e a dignidade da pessoa, baseando-se no conhecimento das suas reais necessidades, prestando, assim, um serviço sustentado nos princípios morais e éticos.

18. IMPATO FINANCEIRO

A pandemia trouxe despesas adicionais e diminuição de rendimentos, os quais ainda fragilizaram mais a débil situação financeira da Instituição.

Muito embora toda esta Direção não seja a favor da alienação de património foram dois os motivos que levaram à tomada de decisão de alienação de bens.

Por um lado a necessidade de honrarmos os compromissos assumidos pela Instituição, por outro lado o facto de o terreno estar um pouco distante das nossas instalações o que acarretava mais despesas, nomeadamente a necessidade de vigilância, despesas obrigatórias com a limpeza dos terrenos, de acordo com a legislação em vigor, e despesas para a manutenção de edificado existente, sob pena da degradação total do mesmo, com a consequente desvalorização do património.

As despesas foram afetadas pela necessidade de aquisição de equipamentos e materiais caros de combate à COVID-19, como por exemplo louça descartável para uso em todas as valências de modo a evitar um possível contágio.

Relativamente às receitas, estas foram afetadas pela não admissão de utentes e consequentemente diminuição na receita total das mensalidades.



A Segurança Social continuou a comparticipar mensalmente com o mesmo valor relativo ao número de utentes antes da Pandemia, o que não se mostrou suficiente para equilibrar as despesas com as receitas, pelo que tivemos de recorrer a parte do valor obtido com a venda do terreno de Canados.

19. EQUIPAMENTOS/INSTALAÇÕES

Ao longo do ano de 2020, apesar dos constrangimentos sobejamente conhecidos de todos, foi possível, graças ao subsídio de apoio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no âmbito do PAMA – Programa de Apoio Municipal ao Associativismo, procedermos à substituição do pavimento danificado dos quartos, sendo que todos ficaram nas melhores condições de utilização.

Foram efetuadas pinturas em todas paredes do 1º piso, 2º piso e 3º piso.

Foi adjudicada, no âmbito do Projeto Adaptar Social+, a conversão de um espaço para os utentes receberem os seus familiares, de acordo com as normas impostas pela Direção Geral de Saúde, devendo o referido espaço ser concluído no início de 2021.

- **ERPI SENHORA DA GRAÇA**

De acordo com a decisão tomada pelos Sócios na Assembleia Geral Ordinária de 29 de Novembro de 2020, relativamente ao encerramento da ERPI da Senhora da Graça, iniciámos em Dezembro as conversações com o Sr. Gaffar, da empresa “A Fonte-Sociedade Gestora de Lares, Lda.”

Esta decisão teve subjacente o acordado, há cerca de dois anos, entre o anterior presidente, Dr. João Simões e o Sr. Gaffar, acordo que tivemos de honrar, nomeadamente em termos de manutenção de valor.

Esperamos, assim, pudermos concretizar o negócio da cedência do Alvará, tão breve quanto possível, a fim de melhorarmos a saúde financeira da Instituição.

Este processo desde o seu início das conversações é do conhecimento e tem o aval da Segurança Social.



20. PANDEMIA

A MAGIA CONSTROI-SE COM MUITO TRABALHO, PLANEAMENTO CRIATIVIDADE E COMPROMETIMENTO DE EQUIPA

(SURAMI JURDI)

A 11 de março de 2020 **OMS declara doença Covid-19 como pandemia.**

A 12 de Março de 2020, Primeiro-ministro, António Costa, anunciou fecho de todas as escolas a partir de 16 de março, encerramento de discotecas, restrições em restaurantes, centros comerciais, serviços públicos e proibição de desembarque de passageiros de cruzeiros.

Estado de alerta declarado em todo o país, com proteção civil e forças e serviços de segurança, prontas a responder a todas as situações que o momento exigia.

Na mesma data, dado que a OMS declarou o COVID-19 como pandemia, a Misericórdia enviou a todos os utentes, familiares/amigos um comunicado com o encerramento temporário das visitas, dado elevado grau de transmissibilidade do vírus.

Os cuidados individualizados aos utentes exigiu Equipamentos de Proteção Individual e desinfetantes que, dada a escassez e elevado custo, eram materiais de difícil aquisição.

Felizmente pudemos contar com a ajuda da Câmara de Vila Franca de Xira e da Segurança Social, que muito agradecemos, o que nos permitiu colmatar algumas das dificuldades sentidas.

A 30 de Março enviámos cartas a diversas empresas/entidades a solicitar equipamento de proteção individual e desinfetantes, as quais contribuíram com o material abaixo se indica:

- Batas cirúrgicas
- Mascaras cirúrgicas
- Mascaras FPP
- Luvas
- Cobre sapatos descartáveis
- Gel Desinfetante
- Álcool
- Lixívia



21. O SURTO NA NOSSA INSTITUIÇÃO

No início de Março de 2020, fomos contactados, pela Delegação de Saúde Pública Regional, para nos alertar sobre o aparecimento de casos de pessoas da comunidade infetadas com COVID-19. Contudo, sendo uma matéria desconhecida de todos, recebemos algumas orientações, no sentido de prevenir o aparecimento de casos na população idosa, dado que, aparentemente, a mesma seria de maior risco de contágio e mortalidade.

A partir das informações transmitidas, foram constituídas equipas multidisciplinares internas, a fim, de se encontrar métodos de adaptação ao possível contexto epidemiológico que poderia surgir nas Estruturas Residências para Idosos. Assim, procedeu-se às seguintes diligências:

- 10 de março – Elaboração, por parte da Direção Técnica e equipa Clínica, do Plano de Contingência para utentes e trabalhadores, relativo a evitar a propagação da COVID-19. O referido plano foi enviado e validado pela Saúde Pública e Segurança Social. De salientar, que apesar de não haver na referida data, casos positivos, nem suspeitos, foram adotadas várias medidas, por uma questão de prevenção, as quais passamos a indicar:
 - ✓ Criação de salas de isolamento com kit composto por EPIS (Equipamentos de proteção individual), desinfetantes, sacos para lixo contaminado, termómetro e telemóvel.
 - ✓ Reforço da limpeza dos espaços de utilização
 - ✓ Colocação de doseadores de desinfeção
 - ✓ Colocação de sinalética a dividir espaços limpos de espaços contaminados.
- 12 de março – Criação de equipas a trabalhar em espelho (12h de trabalho 12h de descanso em casa). Por iniciativa de um grupo de trabalhadoras foi adotado o trabalho em casulo (trabalho rotativo durante 14 dias, sem saírem das instalações da Instituição).
- 17 de Março – Cedência a título de empréstimo 20 camas individuais, 10 por parte do Deposito Geral de Material da Força Área de Alverca e 10 por parte da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Alenquer. Estas camas foram colocadas em local próprio para descanso das equipas em casulo.



- 24 de Março – início do 1º grupo de trabalhadoras em regime de Casulo
- 10 de Abril – início do 2º grupo de trabalhadoras em Casulo com término previsto para 23 de Abril.
- Até 13 de Abril – Não houve manifestação de casos suspeitos de COVID-19.
- 14 de Abril – Na sequência de uma ida a urgência hospitalar, uma utente de ERPI testou positivo para COVID-19. Ficámos surpreendidos e perplexos perante o resultado, dado que a mesma encontrava-se assintomática e o motivo da deslocação ao hospital ter sido por queda. Nesta data já tínhamos iniciado e colocado em prática todos os procedimentos de prevenção de contágio. Acresce referir que a nossa Instituição foi das primeiras a iniciar o trabalho das equipas em casulo.
- 15 de Abril – Na sequência de outra utente de ERPI ter ido a urgência hospitalar, devido a necessidade de transfusão de sangue, a mesma testou positivo para COVID-19.
- 16 de Abril - No seguimento dos contatos efetuados com as Autoridades competentes e com autorização da Saúde Pública todos os utentes de ERPI e trabalhadores da instituição foram testados pelo laboratório do Hospital de VFX.
- Dia 17 de Abril – No final do dia reuniram-se, nas instalações da instituição, os Delegados de Saúde Pública Regional (Estuário Tejo) e Distrital (Lisboa), a Direção da instituição, Vereadora da Câmara Vila Franca, Segurança Social, para apresentação dos resultados dos testes e esclarecimentos adicionais.

Os resultados foram os seguintes:

- ✓ Dos 64 utentes em ERPI, 44 utentes infetados por COVID-19.
- ✓ Dos 79 trabalhadores, 25 infetados por COVID-19.
- ✓ Dos 64 utentes em ERPI, morreram 7 no período de 20/04 a 28/04

Nota: A partir da referida data, conseguiu-se controlar o surto, não havendo mais mortes a registar por COVID-19.

- Dia 18 de Abril – 16 utentes (não contaminados) foram transferidos para o para Lezíria Parque Hotel.



De salientar que, em menos de 24 horas, foi necessário recolher os pertences pessoais de cada utente, de modo a fazer face às primeiras necessidades, roupas, fraldas, medicação, equipamentos de controlo de temperatura e tensão arterial, processos clínicos, contatos de familiares, listas com os nomes para a Proteção Civil, entre outros.

Rapidamente foram constituídas equipas para a Sede e para O Hotel Lezíria Parque a fim de cuidar dos os utentes contaminados (Sede) e não contaminados (Hotel).

A partir da data acima indicada, foram feitas alterações de funcionamento de acordo com as medidas impostas pela DGS.

- Colocação de sinalética
- Foram definidos circuitos contaminados e não contaminados
- As equipas não comunicavam entre si
- Os utentes ficaram no respetivo piso/quarto
- A Cozinha não tinha contacto com o resto do edifício
- Teletrabalho para os Serviços Administrativos
- Ao nível dos trabalhadores sem ligação direta aos utentes, foram adotadas medidas que evitassem o contato direto, sendo que os horários foram cumpridos de acordo com os trabalhos a realizar. Os trabalhadores tinham a liberdade de, após cumprirem as suas obrigações diárias, poderem sair antes da sua hora de modo a evitar o aglomerado de pessoas no edifício, diminuindo, assim, a probabilidade de contágio.
- Pedido de EPI's – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira/Segurança Social até 21/07.
- Reajuste e redefinição de funções, procedimentos e circuitos de comunicação dos casos ativos com familiares
- Pedido de reforço de recursos Humanos – Protocolo da Cruz Vermelha com a Segurança Social,
- Contrato lixos contaminados



22. DIREÇÃO TÉCNICA

A gestão da Direção Técnica da instituição tem como principais funções não só assegurar o bom funcionamento do lar, mas também assegurar a organização e supervisão dos colaboradores, que são essenciais ao sucesso da organização de um lar.

Verificou-se que, apesar das grandes alterações dos métodos de trabalho, os nossos trabalhadores apreenderam rapidamente os novos conceitos, tendo a comunicação interna diária e atempada permitido estar permanentemente atualizada, promovendo assim a concretização das boas práticas exigidas em cada momento.

A comunicação interna é, de facto, importante para a concretização dos objetivos a atingir, pois estimula a partilha de pontos de vista e de informação, no sentido de se encontrar as melhores soluções efetivas para as problemáticas reais.

Sabe-se que o estímulo de uma comunicação interna constante e eficiente conduzem à manutenção e impulsionamento dos níveis de motivação por parte dos trabalhadores.

Neste sentido, o diretor técnico age como aglutinador da harmonia necessária entre os colaboradores e os utentes do lar.

Zelar pela observância do bom funcionamento do lar passa não só pela comunicação com ambos, pessoal e utentes, mas também com os familiares destes.

A receção de visitas de familiares aos utentes é, também, parte integrante das suas funções.

A Direção Técnica procurou fazê-lo da maneira mais cordial e disponível possível, procurando revelar empatia para com as famílias e utentes em todos os momentos mas em particular no momento que atravessámos dada a fragilidade e conflito de sentimentos resultantes das severas limitações impostas pela pandemia.

Nesse período a Direção Técnica teve de congregiar outras qualidades profissionais, que não se encontram explanadas em legislação, mas que em muito ajudaram para o a ultrapassar as vicissitudes geradas pela pandemia, tais como cordialidade, o sentido de missão e responsabilidade.



A Diretora Técnica, a Técnica de Serviço Social e Encarregada de Serviços Gerais, reuniam todas as semanas com as técnicas da Segurança Social, de modo a efetuarem a monitorização e avaliação da situação de modo a proceder-se a eventuais correções de desempenho.

Foram efetuadas quatro ações presenciais de acompanhamento da equipa COVID-19 constituída por 3 elementos - Segurança Social, Proteção Civil e Delegação de Saúde Pública, a fim de verificarem o cumprimento das orientações em vigor para as ERPI's em contexto de pandemia.

De salientar que, apenas foi registada uma não conformidade que foi de imediato corrigida e que se prendeu com a retirada dos sofás duplos uma vez, os utentes gostam de estar juntos o que não permitia cumprir com a regra do distanciamento.

Um dos trabalhos de grande importância realizados na sequência da pandemia foi as várias desinfecções efetuadas ao edifício, à medida que os utentes negativavam, como modo de travarmos possíveis novas contaminações.

A pandemia trouxe trabalho burocrático acrescido, com preenchimento diário de mapas para a DGS e Segurança Social, com informação relativa aos trabalhadores e utentes, sobre a testagem, o isolamento profiláticos, número de casos ativos e não ativos.

Recursos Humanos

Com a pandemia a valência de SAD foi encerrada durante um mês. Os utentes do Centro de Dia passaram a integrar a valência de Apoio Domiciliário com serviços de higiene pessoal e alimentação.

As alterações ocorridas nas valências de SAD e Centro de Dia, não tiveram impacto na otimização dos Recursos Humanos, dado o elevado número de trabalhadores infetadas (25 de um total de 79 trabalhador), pelo que houve necessidade recorrer a recursos humanos externos, pelo que contámos com a preciosa ajuda da Cruz Vermelha e do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Vila Franca de Xira, com o programa MAREES - Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde



Formação em tempo de pandemia

No ano de 2020 não foi possível proporcionar as ações de formação de acordo com o previsto, no entanto, dada a necessidade de reajustar o desempenho das funções devido à pandemia, foram introduzidos novos métodos de trabalho e de aprofundamento dos conhecimentos dos nossos trabalhadores, com o objetivo de desenvolverem novas competências adaptadas à nova realidade, salvaguardando as condições de segurança, tendo por base as Orientações da Direção Geral de Saúde.

A formação contínua em contexto de trabalho, com esta nova realidade em que todos tivemos de aprender a viver e a sabermos lidar, revestiu-se de particular importância e determinará o futuro de todos nós.

Durante o período de pandemia foram ministradas aos nossos trabalhadores duas ações de formação.

A primeira formação foi da responsabilidade do Hospital de Vila Franca de Xira, sobre o modo de utilização de EPI's e segunda foi ministrada pela Base Área de Sintra sobre desinfeção, higienização de equipamentos e também utilização de EPI's.

De referir que estas formações tiveram lugar no nosso jardim, espaço arejado e respeitando as regras do distanciamento.

Novos desafios, novos paradigmas foram postos em prática e a valorização pessoal e profissional de cada um de nós, no período alterado que ainda vivemos, vai exigir de cada um de nós, cada vez mais formação adaptada a esta nova realidade.

23. SERVIÇO SOCIAL

- **ERPI SEDE**

O Serviço prestado aos nossos utentes, ao longo do ano de 2020 está dividida em duas partes: antes e pós COVID19. Até ao mês de Abril o trabalho decorreu com a normalidade e as rotinas que caracterizam o trabalho realizado nas Valências de ERPI, SAD-Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

- ✓ Atendimentos presenciais: 21 Atendimentos presenciais
- ✓ Atendimentos não presenciais: 53 Atendimentos não presenciais.



- ✓ Interligação utente/família, através de telefonemas, videochamadas, principalmente durante o estado de emergência do país.
- ✓ Admissões em Lar: 13 Admissões
- ✓ Admissões em Centro de Dia: 6 Admissões
- ✓ Atestados multiusos para os utentes: 4 pedidos efetuados à Saúde Pública.
- ✓ Complementos por dependência para os utentes: 5 pedidos efetuados à Segurança Social.
- ✓ Reunião de Concelho de Parceiros SAASI
- ✓ Reuniões Junta de Freguesia de Alverca no âmbito do SAASI
- ✓ Rede para a empregabilidade do concelho de Vila Franca de Xira (Sessão territorial)
- ✓ Elaboração de processos sociais
- ✓ De Janeiro a Abril a Animação foi assegurada pelo Serviço Social, atendendo a que a Animadora Cultural encontrava-se de licença de maternidade.
- ✓ Assim, dentre as atividades diárias habituais, os nossos utentes puderam participar em atividades externas, conforme abaixo se indica:
- ✓ Ciclo de Conversa – Tradições gastronómicas do concelho de Vila Franca de Xira – (exemplos: Torricado e alho; pão) Parceria com o Museu Municipal – Núcleo de Alverca (MM-NA)
- ✓ Aldeias de Xisto da Serra da Lousã – História e Património (exemplo: Aigra Velha e Aigra Nova - Parceria com - Museu Municipal Núcleo de Alverca
- ✓ Visita ao presépio - Depósito Geral de Material da Força Aérea
- ✓ Enterro do Chouriço - Museu Municipal Núcleo de Alverca
- ✓ Mascarados de Carnaval - Parceria com as crianças do ATKL Agualele



24. ERPI SRA DA GRAÇA

O ano 2020 iniciou-se com as suas atividades quotidianas normais, nada fazia prever que não fosse possível seguir o plano que estava previamente delineado. A palavra de ordem durante o mesmo foi atipicidade e Resiliência, palavras essas que já fazem parte do vocabulário dos trabalhadores sociais desde que abraçaram a sua profissão.

Vivemos tempos vulneráveis junto de uma camada da população também ela vulnerável, sendo necessário observar vários surtos COVID junto de estruturas como a nossa para que nos olhassem e nos vissem.

Neste contexto pandêmico foi exigido ao Serviço Social desta estrutura recriar-se e assim dar corpo à sua missão enquanto profissão: promover os direitos das pessoas idosas, designadamente no que respeita ao direito aos cuidados e a um tratamento com dignidade, a par com o respeito e empatia para com os profissionais, tendo também consciência das suas fragilidades pessoais e profissionais. Foram postas em prática medidas que permitiram e colidiram naquele que foi o resultado das mesmas, zero casos positivos entre os cerca de 18 Utentes que tínhamos à nossa responsabilidade. Foi necessária, e sem a mesma não teria sido possível, uma enorme dedicação por parte da equipa, a qual não voltou uma única vez as costas, tamanhas que foram as adversidades e cujos planos pessoais e familiares foram colocados em segundo e terceiro plano para que nada corresse mal com os seus Utentes e os seus postos de trabalho.

Nos primeiros dias de março foram interditadas as visitas por parte de pessoas estranhas ao serviço, incluindo familiares dos utentes e foram definidos novos circuitos de circulação no interior das instalações. Algumas atividades, como a entrega das refeições e artigos de uso diário nas instalações passaram a não ter contacto direto com os demais colaboradores da AABMA.

No início da segunda quinzena de março a equipa da ERPI Sra. da Graça reuniu-se e consensualmente iniciamos horários em “regime casulo”. As equipas foram agrupadas em quatro elementos cada, ficando os outros em “sistema de espelho” prevendo-se que integrassem o mesmo ao cabo de 15 dias. E foi desta forma que nos mantivemos até ao início do mês de maio, altura em que iniciamos horário de 12h.

O distanciamento físico é essencial na prevenção da propagação da Covid 19, mas acarreta um impacto muito negativo na população mais idosa, ao nível da saúde mental, bem-estar físico e emocional, como forma de minimizar esse impacto foram dinamizadas vídeo chamadas entre os



Utentes e os seus familiares, por mais debilitada que se encontrasse a sua condição de saúde, também foi uma forma de, em alguns casos, se poderem despedir dos seus entes queridos. A par com as visitas aos mesmos, realizadas a partir do exterior das instalações.

Aquém do que era expectável e previsto a Assistente Social apenas realizou quatro integrações, duas das quais em regime de residência temporária, de Utentes ao longo do ano, tendo a lotação do Lar decaído de 20 Utentes em janeiro para 14 no mês de dezembro. Contabilizamos 8 óbitos ao longo dos longos 12 meses. Foram registados 48 atendimentos, maioritariamente telefonicamente para apuramento de informações relativamente a integração de utentes nas respostas de Lar e Apoio Domiciliário, aos quais foram facultadas as informações necessárias bem como, encaminhadas as respetivas fichas de inscrição. Foi ainda possível realizar duas visitas domiciliárias, no início do ano e no âmbito da integração de Utentes no serviço de SAD.

Foram ainda realizadas 16 consultas externas e acompanhados por um profissional ao serviço de Urgência três utentes. A Assistente Social diligenciou ainda contactos com as juntas de freguesia de Alverca e do Cacém para providenciar atestados de prova de vida dos Utentes, manteve-se em contacto com os médicos de especialidade de Neurologia do hospital de Vila Franca de Xira que seguem a condição neurológica de alguns dos nossos Utentes, articulou com os médicos e enfermeiros da instituição eventuais questões de saúde suscetíveis de observação pela parte dos técnicos, bem como alterações à terapêutica e tratamentos junto da farmácia.

Não tendo sido possível levar a cabo o plano formativo que tínhamos delineado, nem as atividades de carácter sócio cultural (motivada pela ausência prolongada da técnica em questão), esteve a equipa presente na sessão de informação de manuseamento de EPI's e realizamos algumas atividades lúdicas e de carácter físico motor com os Utentes que integram a ERPI Sra. da Graça.

A par do trabalho realizado nesta Estrutura, foi ainda requisitado o apoio por parte da técnica na Estrutura Sede, no que concerniu à definição de circuitos de circulação, na intermediação das equipas de intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa, no decorrer do apoio prestado pelas mesmas bem como, no que respeita à candidatura e posterior acompanhamento e monitorização do desempenho e no levantamento de necessidades da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais de Saúde (MAREESS), por forma a colmatar a elevada taxa de absentismo que sentimos, derivada dos casos positivos COVID e das ausências por acompanhamento a filhos menores de 12 anos. De salientar que estes apoios foram consideravelmente importantes para o efetivo desenvolvimento da atividade da Instituição, nos



mais diversos quadrantes. Paralelamente, monitorizou e supervisionou o trabalho levado a cabo pela equipa que foi destacada para a unidade Hoteleira Lezíria Parque Hotel, aquando da integração da equipa de reforço de emergência da Cruz Vermelha Portuguesa.

Importa ainda salientar que, apesar de nos termos deparado com uma crise inesperada, conseguimos olhar para a adversidade não como um obstáculo, mas como um caminho que tínhamos de percorrer obrigatoriamente. Com ele, crescemos enquanto profissionais e seres humanos, testemunhando que uma equipa se constrói e consolida da união de sinergias, da partilha de conhecimento e da escuta ativa.

25. ATIVIDADES SOCIO CULTURAIS

Devido ao surto de COVID que afetou a nossa Instituição, foi insuficiente o tempo que sobrou para a Animação desempenhar o seu papel, condicionada, pelos isolamentos, pela impossibilidade de fazer as atividades anuais, quer dentro quer fora da Instituição, conforme previsto no nosso Plano de Atividades para 2020. As rotinas diárias foram reduzidas ao mínimo, sendo nalguns casos nula.

Deste modo, apresentam-se as atividades que foram possíveis realizar, todas no âmbito interno da Instituição:

Semanalmente, realizaram-se iniciativas com grupos mais reduzidos, cumprindo com as normas em vigor e impostas pela DGS, ou seja manter o distanciamento entre os mesmos, a frequente desinfeção das mãos e dos espaços: ***sessões de provérbios, fichas cognitivas individuais, pintura, o “intruso” e atividades temáticas (outono) e ginástica.***

As *videochamadas* entre o utente e os seus familiares foram quase diárias, preservando-se assim, parte dos laços afetivos que os unem.

Em jeito de surpresa, por ocasião do dia dos Avós, os utentes foram presenteados com mensagens de vídeo dos seus familiares mais próximos, acolhidas com uma enorme saudade. Foi um momento marcante, para quem estava tão isolado dos seus.

Realizou-se uma ***sessão de beleza***, com uma cabeleireira, cujo objetivo era aumentar a autoestima, cuidar dos seus cabelos e da sua aparência é como um ritual que lhes permite, quando se tem tão pouco, um novo recomeço. (para os utentes que necessitavam de tratar do seu cabelo.)



Internamente, e de forma discreta, no dia 26 de outubro a Misericórdia assinalou a maioria, celebrando o seu **18º aniversário**. O delicioso e extravagante **bolo de morangos e brigadeiro**, e o animado e improvisado **momento musical** contrastou com a programação da festa, prevista no Plano de Atividades anual, resultando num momento bastante alegre para os nossos utentes. O mérito foi do grupo de colaboradoras do setor da Cozinha que, tocando viola e improvisando versos adaptados a cada um dos utentes, foram de mesa em mesa homenageando todos eles.

Seguiram-se os **preparativos do Natal**, cujas **decorações coloridas** levaram um pouco de brilho e alento aos seus dias, em que todos se empenharam na concretização dos trabalhos a executar.

Diariamente participaram em **trabalhos manuais**, alusivos à época, criando os seus próprios **postais de Natal, oferecendo-os posteriormente às famílias**, no momento das visitas. Além do já habitual presente oferecido pela Intuição aos nossos utentes, a maioria dos colaboradores contribuiu com o seu presente natalício, através da iniciativa *“amigo secreto”*.

No intuito de, novamente, minimizar a carência dos afetos, o afastamento da família e a solidão que daí advém, os familiares dos utentes criaram pequenos **vídeos repletos de espírito natalício**. Foram vistos com muita emoção, lágrimas e sorrisos.

Vivemos um dia de cada vez, com a esperança de um amanhã melhor, mas não esquecendo a oportunidade que nos foi dada sobre nos revermos, sobre aprendermos coisas novas e, acima de tudo, enfrentarmos com positividade o infortúnio que afetou a humanidade.

26. NOTAS FINAIS DA DIREÇÃO

O ano de 2020 foi particularmente difícil, devido à situação atípica vivida por todos nós, com grandes alterações/adaptações aos protocolos existentes nas nossas atividade diárias.

O documento ora apresentado procura mostrar as atividades planeadas e executadas nas respostas sociais de ERPI, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, bem como as não previstas e executadas no âmbito da pandemia do COVID19.

O desconhecimento, a incerteza, a impotência para gerir os sentimentos de insegurança, de preocupação e o peso da responsabilidade para com os nossos utentes, seus familiares e amigos, trouxe a todos nós na Instituição uma carga emocional difícil de gerir.



No entanto, com a ajuda **incondicional de TODOS**, conseguimos vencer a luta desigual que travámos contra um inimigo, até então desconhecido, chamado COVID19.

Infelizmente a Misericórdia de Alverca, foi uma das primeiras Instituições do concelho de Vila Franca de Xira, a ser atingida pelo vírus e, apesar de tudo ser novo, pensamos, salvo melhor opinião, que conseguimos a otimização e racionalização dos recursos existentes, dada a nossa fragilidade financeira, conforme é do conhecimento geral e já referido no Relatório e Contas de 2019.

Este foi um Relatório de Atividades diferente dos anos anteriores, que se centra e desenvolve toda a atividade à volta do assunto atual – COVID19.

Trabalhos arduamente desde 17 de Abril, data em tivemos a confirmação de 1º primeiro caso da COVID-19 até 16 de junho de 2020, data em que registámos o último utente negativo.

A Direção da AABMA agradece penhoradamente a todos os que nos ajudaram a mitigar os casos positivos de COVID-19. Assim, passaremos a enumerar, sem qualquer ordem de importância ou preferência, todos aqueles nos ajudaram a ultrapassar as nossas dificuldades, pelo que salientamos o espírito de equipa que se formou em torno de um problema urgente e de difícil resolução, dado o grau de desconhecimento que encerrava.

Segurança Social de Lisboa

Segurança Social – Serviço local de Vila Franca de Xira

Direção Geral de Saúde

Centro de Saúde de Alverca

Câmara Municipal de Vila de Xira

Proteção Civil de Vila Franca de Xira

Hotel Lezíria Parque

Cruz Vermelha Portuguesa

Cruz Vermelha Portuguesa delegação de Alenquer

Depósito Geral de Material da Força Área – Alverca

IEFP



Corpo Clínico da Instituição

Fornecedores

Ao Futebol Clube de Alverca, que permitiu a utilização da sua Lavandaria, dado que, a da nossa instituição, não tinha capacidade de resposta para o acréscimo exponencial da quantidade de roupa que era necessário tratar todos os dias, de acordo com as normas de higienização prescritas pelas novas regras pandémicas.

Às OGMA -Oficinas Gerais de Material Aeronáutico o contributo em géneros alimentares oferecidos aos nossos utentes pelo Natal.

À Empresa Stef que nos ajudou com produtos alimentares ao longo do ano, bem como, presentes de Natal para os nossos utentes.

Ao Clube Motard de Alverca que fez a sua visita habitual de Natal. Contudo, perante a impossibilidade de oferecer, presencialmente, uma prenda a cada utente, optaram por presentear a Instituição com um quadro que assinala a data, tendo o mesmo sido colocado na parede dos Serviços Administrativos.

No entanto, e não querendo comparar o incomparável, foi nos nossos Trabalhadores, nos Trabalhadores externos à Instituição, nos Familiares e Amigos dos utentes que, todos juntos, foi possível encontrar a força necessária para ultrapassar os efeitos e traumas próprios do processo que vivemos.

É com orgulho que A Direção da AABMA reconhece que, o resultado do nosso trabalho é consequência de podermos contar com uma equipa competente de profissionais tão capazes e dedicados.

Só trabalhando com profissionais tão empenhados e com um enorme espírito de sacrifício é possível superar as expectativas e ultrapassar as dificuldades que surgem no nosso caminho. Temos a certeza que a vossa dedicação será garante de um futuro brilhante para a nossa Instituição.

Mais uma vez parabéns a todos! Continuação de bom trabalho!

Bem hajam